

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

(Decreto Legislativo n.º 06/2023, Título II, Seção III)

CCD: 14.01.04.02

**REQUISITANTE:** Departamento de Tecnologia da Informação - Setor de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

### **1. Objeto da contratação**

Aquisição e instalação de módulos de memória RAM para Servidores Dell R750.

### **2. Justificativa**

A aquisição de módulos de memória RAM para os servidores Dell R750 que a Câmara Municipal de Piracicaba possui é essencial para manter a alta disponibilidade dos equipamentos que hospedam a grande maioria dos sistemas informatizados utilizados e servidos pela Câmara.

Os sistemas informatizados da Câmara estão distribuídos entre dois servidores Dell R750, porém o projeto de alta disponibilidade prevê que, em caso de falha de um dos servidores, o outro servidor deve servir os sistemas do servidor em falha, além dos atribuídos ao servidor em funcionamento.

Para que isso ocorra deve haver recursos computacionais (espaço em disco, capacidade de processamento e memória RAM) suficientes, porém com a expansão e necessidade de implantação de novos sistemas, a quantidade de memória RAM disponível em cada servidor para atender tal requisito de alta disponibilidade está chegando ao limite, e por esse motivo é necessária a expansão da memória RAM desses servidores.

### **3. Forma de contratação**

**3.1.** Tipo de contratação: Licitação ou Contratação Direta, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos.

**3.2.** Modalidade: Pregão Eletrônico ou Dispensa de Licitação, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos ou Inexigibilidade, conforme justificado em Estudo Técnico Preliminar (rol do Artigo 74 da Lei 14.133/2021)

**3.3.** Indicação da adoção ou não do SRP: Sim. Justificativa: a aquisição de módulos de memória RAM é uma necessidade que pode ocorrer futuramente.

**3.4.** Critério de julgamento: Menor preço

**3.5.** Critério de adjudicação: Item

**3.6.** Permissão para subcontratação: Não.

### **4. Requisitos do fornecedor**

**4.1.** Os interessados em participar da compra deverão apresentar documento que comprovem que são parceiros oficiais e autorizados pela fabricante do servidor para o qual as memórias serão instaladas: Dell Computadores do Brasil Ltda.

**4.1.1.** O documento (ou anexo) deve ter em explícito a autorização para comercializar equipamentos e peças para Servidores Dell. A autorização para comercializar equipamentos Desktop (computadores de pequeno porte para usuários finais) NÃO é suficiente e será REJEITADA.

**4.2.** A instalação deve ser realizada por técnico da fabricante do servidor em que serão instaladas as memórias (DELL Inc.) OU técnico expressamente autorizado e qualificado pela fabricante do servidor. Não será aceita a subcontratação de técnico para instalação das memórias por parte da empresa CONTRATADA.

**4.3.** A empresa contratada será integralmente responsável por quaisquer danos ou problemas causados à infraestrutura de TI da Câmara Municipal de Piracicaba decorrentes da instalação das memórias adquiridas, incluindo, mas não se limitando, a falhas em servidores, perda de dados, interrupções nos serviços ou quaisquer prejuízos técnicos ou operacionais.

## **5. Prazo de vigência e prorrogação contratual**

**5.1.** A vigência inicia com a publicação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Compras Públicas e seu prazo coincide com a execução do objeto e respectivo recebimento definitivo, observado o disposto no art. 111 da Lei 14.133/21.

## **6. Modelo de gestão**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.3.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato o servidor João Paulo Rodolfo de Siqueira (e-mail: [jpsiqueira@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:jpsiqueira@camarapiracicaba.sp.gov.br) / telefone: (19) 3403-7021) e Maurício Augusto Chiaramonte Scheffer (e-mail: [mauricio@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:mauricio@camarapiracicaba.sp.gov.br) / telefone: (19) 3403-7021), e a gestão será feita pelo servidor Luciano Shimoda Saito (e-mail: [lucianosaito@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:lucianosaito@camarapiracicaba.sp.gov.br) / telefone: (19) 3403-7132) ou pelos respectivos substituto que será o gestor Maurício Augusto Chiaramonte Scheffer (e-mail: [mauricio@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:mauricio@camarapiracicaba.sp.gov.br) /

telefone: (19) 3403-7021), nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput

**6.3.1.** A comunicação entre as partes se dará através dos telefones e e-mails indicados.

**6.3.2.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2.1. Deve ser realizada a verificação da identificação dos módulos de memória (Part Numbers), sua compatibilidade com os servidores R750 que a Câmara possui, e a homologação por parte da fabricante do Servidor (Dell) e o acompanhamento da instalação dos módulos.

**6.3.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a

responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7.** As comunicações entre esta Casa e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8.** A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto**

**7.1.** O início da execução contratual se dá a partir da divulgação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **8. Obrigações da Contratada**

**8.1.** Efetuar o fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações que foram estabelecidas pela Câmara Municipal de Piracicaba;

**8.2.** Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, transporte, entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento/execução do objeto.

**8.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o

fornecimento/execução do objeto, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

**8.4.** Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a marca, modelo e demais condições constantes da proposta apresentada;

**8.5.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei durante a vigência contratual;

**8.6.** Designar, formalmente, um representante nos casos em que o ajuste se der por Contrato, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**8.7.** Acatar as recomendações feitas pela fiscalização da Câmara, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimentos porventura solicitados;

**8.8.** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**8.9.** Cumprir todas as disposições constantes neste Termo de Referência.

**8.10.** A empresa contratada será integralmente responsável por quaisquer danos ou problemas causados à infraestrutura de TI da Câmara Municipal de Piracicaba decorrentes da instalação das memórias adquiridas, incluindo, mas não se limitando, a falhas em servidores, perda de dados, interrupções nos serviços ou quaisquer prejuízos técnicos ou operacionais.

**8.11.** A empresa contratada deverá garantir que a instalação seja realizada por profissional qualificado, observando todas as boas práticas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e as normas técnicas aplicáveis. Eventuais danos identificados após a instalação deverão ser prontamente solucionados pela contratada, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato.

## **9. Regime de execução**

**9.1.** Prazo de execução: 30 dias;

**9.1.1.** A empresa CONTRATADA deverá entrar em contato pelo e-mail [redes@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:redes@camarapiracicaba.sp.gov.br) em até 07 dias úteis após o início da vigência do contrato para agendar a instalação dos módulos de memória por técnico da empresa, qualificado de acordo com especificações da fabricante do Servidor (Dell) para realizar a instalação dos módulos de memória. O agendamento deve obedecer o prazo de execução estipulado (30 dias);

**9.2.** Local de execução: Prédio Anexo - Data Center - Rua do Rosário, 833 - CEP 13400-183;

**9.3.** Horário de execução: a ser agendado e combinado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. Deverá possuir disponibilidade para realizar o serviço contratado em finais de semana (sábado e domingo, das 09h às 18h).

**9.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, por esta Casa, de forma sumária, no prazo de 03 (três) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo Fiscal/Gestor/Requisitante/comissão ou quem técnico designado, que emitirá o recebimento definitivo.

**9.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 07 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.6.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e

quantidade executada e consequente aceitação mediante termo detalhado ou ateste na nota fiscal.

**9.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.7.1.** O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10. Penalidades**

**10.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial ou total do ajuste;
- II - Dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;



VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do ajuste;

VIII - Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;

IX - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XII - Dar causa à inexecução total do ajuste.

**10.2.** Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, a Câmara Municipal de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não adimplida;

III - Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de Piracicaba, na forma do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**10.2.1.** A sanção prevista no inciso I do item acima será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do item anterior, caso não se justifique imposição de penalidade mais gravosa.

**10.2.2.** A sanção prevista no inciso II do item acima será aplicada por qualquer das infrações previstas no item anterior.

**10.2.3.** A sanção prevista no inciso III do item acima será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item anterior, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** As infrações administrativas serão apuradas através de processo sancionatório e todas as intimações e comunicações a respeito do referido processo se darão através do e-mail cadastrado no SICAF, comprometendo-se a licitante a manter atualizados esses dados.

**10.5.** No processo sancionatório também serão consideradas as disposições constantes no Ato da Presidência n.º 11/2024 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/AtosPresidencia/11-2024/Arquivos/2>).

## **11. Forma de pagamento**

**11.1.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a apresentação da nota fiscal/fatura e documentos exigidos, se houverem, em até 15 (quinze) dias do atesto de recebimento definitivo pelo gestor.

**11.1.1.** Antes do pagamento, será procedida consulta online junto aos órgãos correspondentes, para verificação da situação dessa, relativamente à Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais documentos exigidos para assinatura do contrato ou que se fizerem necessários.

**11.2.** O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária ou boleto, devendo para isto ficar explicitado na proposta ou nota fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

## **12. Condições de reajuste**

**12.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis para um período de 12 (doze) meses, contados da data da elaboração do orçamento estimado.

**12.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice a ser indicado pelo Setor de Compras e Contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas a ocorrência da anualidade.

**12.2.1.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.3.** O reajuste será aplicado para entregas/serviços realizados a partir do 1º dia do 13º mês.

## **13. Garantia contratual**

**13.1.** Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

## **14. Especificações técnicas e quantidades**

Os requisitos da memória RAM são:

- Quantidade de memória POR SERVIDOR: 512 GB de RAM - totalizando 1024 GB de RAM;
- Para atender o total de memória RAM, os pentes de memória devem ser de, no mínimo, 32 GB de RAM;
- Devem ser totalmente compatíveis com os servidores Dell R750 que a Câmara possui (Service Tag dos servidores: 8BCK1M3 e 9BCK1M3), inclusive com as memórias já instaladas nesses servidores (256GB DDR4-3200 em pentes de 32GB em cada servidor);
- Devem ser totalmente compatíveis com o processador Intel(R) Xeon(R) Gold 6326 (processadores instalados nos servidores referidos);
- Tecnologia da memória: DDR4 Frequência 3200mhz;

- Devem possuir tecnologia ECC (Error Correcting Code);
- Devem ter suporte à tecnologia Dual Rank;
- A memória deve ser original da fabricante dos servidores (Dell) e com suporte específico para os servidores em que serão instalados;
- As memórias a serem fornecidas deverão possuir garantia direta da DELL, com cobertura vinculada à garantia dos servidores Dell PowerEdge R750 em que serão instaladas (Service Tags 8BCK1M3 e 9BCK1M3), que tem validade até 22/01/2027, ou possuir garantia equivalente ou superior, com os mesmos prazos de atendimento, cobertura e suporte on-site pela DELL. A garantia deverá permanecer vigente durante todo o período de cobertura dos servidores, assegurando equivalência de condições e padrões de suporte técnico pela fabricante. Não será aceita garantia oferecida pela contratada ou por terceiros.
- A instalação dos módulos de memória deve ser agendada com a CONTRATANTE, no prazo de 07 dias úteis, após o início da vigência do contrato, pelo e-mail [redes@camarapiracicaba.sp.gov.br](mailto:redes@camarapiracicaba.sp.gov.br);
- A instalação deve ser realizada por técnico da fabricante do servidor em que serão instaladas as memórias (DELL Inc.) ou técnico expressamente autorizado e qualificado pela fabricante do servidor. Não será aceita a subcontratação de técnico para instalação das memórias por parte da empresa CONTRATADA.

Item	Cód. CATMAT CATSER	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valot Total
1	622690	Memória RAM DDR4, 3200MHZ	1024	GB	R\$ 140,69	R\$ 144.066,56

## 15. Critérios e práticas de sustentabilidade (se for o caso)

**15.1.** A Contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Câmara Municipal em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas

ambientais ligadas à comercialização do objeto do presente Termo de Referência.

**15.2.** Os equipamentos/materiais/serviços objeto deste Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais.

**15.3.** Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à Contratada observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

**15.4.** Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a Contratada deverá, ainda:

**15.4.1.** Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades;

**15.4.2.** As embalagens dos equipamentos/materiais, quando possível, deverão ser feitas em material reciclável; e

**15.4.3.** Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

## **16. Preços unitários referenciais e totais por item**

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

**17. Valor estimado da contratação**

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

**18.** Declaramos a impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum processo licitatório da Câmara Municipal, na presente data;

**19.** Declaramos que não há existência de previsão de demanda, ainda no ano corrente, por itens que podem ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o presente Termo, por este Requiritante;

**20.** A demanda consta no Plano de Contratações Anual (2025), disponibilizado no Portal da Transparência e no PNCP na alínea 309.

**21. Estudo Técnico Preliminar**

(x) Em anexo

( ) Não consta, conforme justificativa a seguir, observado o art. 11 do Decreto Legislativo nº 6/2023.

**Data da elaboração: 23/06/2025**

**Data da retificação: 15/10/2025**

---

**Nome do servidor responsável pela elaboração**

---

**Fiscal do Contrato**

---

**Gestor do Contrato**

---

**Chefia do Setor Responsável pela elaboração**

---

**Diretor do Departamento responsável pela elaboração**